



# Anais da Assembleia

Nº 12

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 1978

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1978

#### QUINTA-FEITA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e José Domingos Scarpelini.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Ivan Rüppel, Aguinaldo Pereira Lima, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria de conhecer o número de presentes, quando V. Exª fez a chamada antes da abertura da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — 18 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. ENÉAS FARIA — Apesar da evidência, não coloco em dúvida a palavra de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência não tem culpa se os Srs. Deputados responderam a chamada e saíram.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### MENSAGENS:

#### MENSAGEM Nº 2/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e os Municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

#### MUNICÍPIOS

#### DATA DA CELEBRAÇÃO

Arapongas .....	03/11/77
Irati .....	25/10/77
Catanduvas .....	03/11/77
Nova Aurora .....	25/10/77
Miraselva .....	18/10/77
Nova América da Colina .....	19/11/77

Jaguariaíva .....	14/11/77
Arapongas .....	14/11/77
Presidente Castelo Branco .....	10/11/77
Tijucas do Sul .....	25/11/77
Piên .....	29/11/77
Medianeira .....	24/11/77
Pinhalão .....	28/11/77
Conselheiro Mairink .....	28/11/77
Lupionópolis .....	12/12/77
Xamburé .....	07/12/77
Paulo Frontin .....	07/12/77
Nova Londrina .....	13/01/78
Lobato .....	08/12/77
Adrianópolis .....	16/12/77
Medianeira .....	17/12/77.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 3/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 12 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Curitiba, com a intervenção da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos e da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando a execução, no ano de 1978, de projetos, obras e serviços, integrantes do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 4/78

Curitiba, 10 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios de auxílio e cooperação, celebrados em 08 de dezembro de 1977, pelo Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento e intervenção da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com os municípios abaixo especificados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

MUNICÍPIO	Nº DO CONVÊNIO
APUCARANA .....	01/77-SEPL
ARAPONGAS .....	16/77-SEPL
ROLÂNDIA .....	19/77-SEPL
CONSELHEIRO MAIRINK .....	21/77-SEPL
SAPOPEMA .....	27/77-SEPL
GUAPIRAMA .....	33/77-SEPL
JABOTI .....	35/77-SEPL
JAPIRA .....	36/77-SEPL
JUNDIAÍ DO SUL .....	37/77-SEPL

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 5/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1977, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de MIRADOR, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 6/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 17 de outubro de 1977, ao convênio celebrado em 22 de agosto de 1977, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de SÃO JORGE DO OESTE, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 7/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 06 de dezembro de 1977, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a construção de prédio destinado à Sub-Delegacia de Polícia, no Distrito de SANTA TEREZINHA, do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 8/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 07 de outubro de 1977, ao convênio celebrado em 03 de fevereiro de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o município de ICARAÍMA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 9/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 17 de outubro de 1977, ao Convênio celebrado em 22 de agosto de 1977, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de MARILENA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 10/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 17 de outubro de 1977, ao convênio celebrado em 25 de agosto de 1977, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com o Município de GUAIRAÇÁ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 11/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 17 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de MARILENA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 12/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 17 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de XAMBRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 13/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Termo Complementar e do Instrumento de alteração parcial, datados de 16/01/78, ao Acordo nº 04/75, de 18 de setembro de 1975, (aprovado por essa Assembléia através da Resolução nº 166/75), celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e os Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, objetivando o desenvol-

vimento de uma programação para o setor metal/mecânico da região Sul.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM Nº 14/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar disposições da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972, pertinente ao imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICM).

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos nº 807/77, firmada pelo Secretário de Estado das Finanças, contém detalhados esclarecimentos sobre o alto significado e elevado interesse público de que está revestida a medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — O Parágrafo único do art. 9º da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigor como § 1º, ficando acrescido ao referido artigo 9º o seguinte parágrafo:

“§ 2º — Para a apuração dos índices a que se refere o parágrafo anterior, os contribuintes do ICM, inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, deverão apresentar informação em formulário cujo modelo será estabelecido pela Secretaria das Finanças”.

Art. 2º — Fica acrescido ao artigo 13 da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972 mais um inciso com a seguinte redação:

“X — A pessoa natural ou jurídica de direito privado, nas circunstâncias previstas nos artigos 132 e 133 do Código Tributário Nacional.”

Art. 3º — O § 2º do artigo 22 da Lei nº 6.364 de 29 de dezembro de 1972, com a redação dada pelo artigo 3º da Lei nº 6.757, de 22 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º — Constitui termo inicial para a aplicação dos coeficientes de correção monetária:

1. O mês seguinte ao em que tenha expirado o prazo de pagamento do ICM (art. 19), ressalvado o disposto no item seguinte;
2. O mês seguinte ao em que recair o nonagésimo dia contado da data da expiração do prazo de pagamento, tratando-se de imposto a recolher declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM.”

Parágrafo único — Fica acrescentado ao artigo 22 da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972, alterado pela Lei nº 6.757, de 22 de dezembro de 1975, o seguinte parágrafo:

“§ 3º — Quando, no caso do item 1 do parágrafo anterior, não for possível identificar o mês em que tenha expirado o prazo de pagamento do ICM (art. 19), adotar-se-á, para a correção monetária, a média aritmética dos coeficientes vigentes na data do efetivo pagamento e cor-

respondentes aos meses em que ocorreram os fatos geradores."

Art. 4º — O item 3 do § 2º do artigo 23 da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972 passa a vigor com a seguinte redação:

"A partir do mês seguinte ao em que recair o nonagésimo dia contado da data da expiração do prazo de pagamento, trando-se de imposto a recolher declarado em Guia de Infração e Apuração do ICM."

Art. 5º — Fica acrescentado ao parágrafo único do artigo 47 da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972, o seguinte item:

"6 — Em Declaração fisco-contábil, cujo formulário será estabelecido em Instrução da Secretaria de Finanças, que o contribuinte fica obrigado a preencher e entregar à repartição do seu domicílio tributário."

Art. 6º — A letra "d" do item 4 e o item 15 do parágrafo único do artigo 56 da Lei nº 6.364/72, passam a vigor, respectivamente, com a seguinte redação:

"d — O valor do crédito tributário relativo ao ICM, quando devido, demonstrado em relação a cada mês ou período considerado."

"15 — As mercadorias apreendidas ficam sob a custódia oficial do chefe da repartição fazendária por onde se iniciar o respectivo processo e poderão ser por este liberadas mediante a satisfação, pelo sujeito passivo, das exigências determinantes da apreensão ou, se não atendidas, após a identificação exata do infrator, da infração e das quantidades, espécies e valores das mencionadas mercadorias."

Parágrafo único — Ficam revogados os § 5º do artigo 27 e os itens 12, 13 e 16 do parágrafo único do artigo 56, da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 7º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º — Ficam revogadas as disposições em contrário.  
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 15/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado em 24 de janeiro de 1978, pelo Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Balsa Nova, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, com vistas à melhoria do sistema de transportes do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 16/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio cele-

brado em 17 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de MIRASELVA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 17/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 17 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de FRANCISCO ALVES, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 18/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 16 de junho de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de CASTRO, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 19/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 17 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de FAXINAL, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e conside-

ração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 20/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 17 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de INAJÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 21/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 17 de janeiro de 1978, pelo Governo do Estado e o Município de SANTO INÁCIO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

(Governador do Estado)

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 22/78

Curitiba, 10 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 16 de novembro de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de UBIRATÃ, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais de trânsito, da competência do DETRAN e da Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN).

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Sob o nº 0141/78, do Senhor Dr. Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, do Município de Maringá, no qual encaminha relatório referente a serviços

prestados por aquela Secretaria, durante o mês de fevereiro do ano em curso.— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer, após ouvido o Plenário, a remessa de expediente à Presidência do INPS, solicitando as informações seguintes:

- 1- Em que fase de tramitação estão os processos de "reembolso" propostos pelos contribuintes: (a)— Orlando Augusto Sarmiento Borges, protocolado sob o nº 24.354/75, em 29/10/1975, na agência de Maringá -/- b)— Joaquim Manoel Siqueira Filho, protocolado também na agência de Maringá, sob o nº 27.779/78, em 06/01/78;
- 2- Informar as razões que estão a impedir o pagamento dos reembolsos em pauta.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1978.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

O problema burocrático no segundo caso, provocando tal demora, já se constitui em **desrespeito e incompetência** do INPS. Principalmente em se sabendo que a doente foi atendida em Maringá mesmo, cuja Agência precisa evoluir vinte anos para poder oferecer um bom atendimento.

No caso primeiro, a atitude do INPS é amplamente execrável. E além do mais, a doente foi atendida no Rio de Janeiro pelo Dr. Paulo Niemeyer, famoso médico credenciado pelo INPS, onde o trabalho do Instituto deve ser um pouco melhor. Já se passaram quase três anos, e o contribuinte gastou mais de sessenta mil cruzeiros, e ainda perdeu a sua esposa. Já foi desrespeitado, humilhado e ofendido pelo INPS. E a corrosão inflacionária sobre o seu dinheiro quem lhe vai pagar? E os juros? A correção monetária? ... é o caso de se perguntar ao Ministério da Fazenda.

Talvez a culpa não seja do INPS, o que é muito improvável. Possivelmente os culpados sejam os próprios médicos e hospitais que atenderam as enfermas. Absolutamente, o que podemos afirmar com segurança, é que os culpados não são os contribuintes, pois sempre pagaram em dia as suas obrigações com o Instituto de Previdência.

Na realidade, os contribuintes estão sendo vítimas da **sanha de ofensas e incompetências do INPS ou dos senhores médicos e Casas de Saúde.**

As informações do INPS, as quais solicitamos com prazer, serão exatamente, para nos indicar o raciocínio justo. Buscamos um posicionamento com justiça, e nos revoltamos quando os inocentes são prejudicados no lugar dos bandidos.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei nº 23/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O funcionário público, estadual portador de diploma de Curso Superior, poderá se inscrever em Curso de Pós-graduação devidamente credenciado pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 2º — Aceita a sua inscrição, ficará o funcionário à disposição do Curso de Pós-graduação pelo período não superior a 02 (dois) anos de modo a completar os créditos do Curso a nível de mestrado.

§ único — Para confeccionar e defender a tese, terá direito a mais seis (06) meses.

Art. 3º — Para a inscrição em Curso de Pós-graduação a nível de Doutorado, o requerente deverá apresentar o título de Mestre.

§ único — Para confeccionar e defender a tese de Doutorado, o requerente poderá ficar no máximo um (01) ano à disposição do Curso de Pós-graduação.

Art. 4º — Para cursar o Pós-graduação a nível de Mestrado e Doutorado, o funcionário será dispensado de suas funções com todos os vencimentos e vantagens.

Art. 5º — O funcionário (ou servidor) favorecido pelo disposto nesta Lei deverá, após a conclusão do curso, permanecer no serviço público estadual por prazo nunca inferior ao que esteve afastado.

Art. 6º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1.978

(a) Erondy Silvério.

#### JUSTIFICATIVA:

Não se pode mais improvisar homens para as funções públicas;

Não se pode mais permitir funcionários ecléticos;

Não se pode mas ausentar da função pública a especialização.

Desta forma, e para corrigir distorções nas entidades de ensino, o Governo Federal por intermédio do Ministério da Educação e Cultura propôs o plano de Capacitação de Pós-graduação.

Permite o Curso de Pós-graduação, ao portador do Diploma de Curso Superior, após estudos específicos, receber um certificado de Mestrado ou Doutorado após cumprir os números de créditos expresso em conceitos por disciplina e, defender uma tese.

O sistema de Pós-graduação hoje se difunde em todos os países civilizados, sendo a consequência do volumoso progresso em todos os setores das ciências e das artes, o que veio tornar possível a especialização não massificada que ultrapassa o limite dos Cursos de Graduação.

Hoje, onde a ciência se apresenta diante de nós em longos saltos, os cursos de graduação de um Curso Superior somente proporciona os conhecimentos básicos da profissão desejada. Se afastarmos esta figura que hoje as apresenta com Cursos de Pós-graduação, redundaria em aumentar para muito a duração das graduações o que traria tanto para o indivíduo como para a Nação, as desvantagens que inicia no processo antieconômico da educação até a presença de técnicos sem conhecimentos específicos.

A sobrecarga até então procurada nos cursos de graduação para tentar aumentar os conhecimentos do indivíduo deu ao profissional uma formação enciclopédica superficial, sem possibilidade de resolução dos grandes problemas profissionais devido se afigurar o técnico polivalente.

Como as ciências se apresentam perante nós, o desenvolvimento do saber num país medianamente pobre, os técnicos educacionais também tiveram que modificar seus estudos, aprofundando numa diversificação vertical com o escalonamento de níveis de estudos que inicia no ciclo básico, passa pelo profissionalizante e termina no Pós-graduação.

Disto resulta que os Cursos de Pós-graduação nas Universidades brasileiras, tornou-se a cúpula dos estudos de qualquer profissional de modo a proporcionar o treinamento avançado e a pesquisa.

O interesse prático imediato das Pós-graduações para o Estado e a afirmação de melhores técnicos, melhor massa crítica profissional, maior cultura especializada, tudo, tudo isto, baseado numa gratuidade que as Universidades proporcionam.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, primeiro orador inscrito.

O SR. ERNESTO DAL'OGLIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é de hoje que as desapropriações e os acertos entre empresas do governo e agricultores têm dois pesos e duas medidas. Para desapropriar certas empresas e para contratar certas atividades, as sociedades de economia mista fazem avaliações a maior, ou dentro de critérios de valorização de imóveis e bens. Para desapropriar áreas de agricultura de pequenos e médios proprietários, as avaliações são sempre para menor.

Valem-se os serviços jurídicos dessas empresas de governo, sempre, de artifícios, e até de motivos patrióticos para engabelar os pequenos e médios proprietários.

Às vezes, até, propõem permutas ou novas terras em lugares distantes e onde o agricultor vai enfrentar situações muito difíceis, para as quais não estava preparado. Ou foi enganado sobre a situação real. Todo o Paraná conhece a história das desapropriações das terras inundadas por represas: pagamentos ínfimos, que não contemplam o valor da terra e da produção pelo mínimo de 10 anos, como seria de desejar.

E como podem os agricultores postular a indenização devida se são pobres, sem poupanças, dependentes dos registros públicos e do INCRA, dependentes dos créditos e organismos oficiais?

Em toda a zona ribeirinha do Rio Paraná estão sendo desapropriados os agricultores. Uns recebem simplesmente o que lhes é fixado, entregando a preço vil todo o esforço de uma geração; outros reagem e procuram receber o que tem direito, mas acabam desistindo ante as pressões e a muralha burocrática que se formou e que não lhes dá acolhida.

Podemos dizer que a maioria dos agricultores desapropriados vê com pessimismo e desânimo que o “novo Eldorado”, o novo polo de progresso que se forma com Itaipu não é para eles. São escoraçados e até sob discursos moralistas a respeito do “direito à terra” justamente quando pessoas, grupos e empresas se beneficiam desse progresso e tomam conta dele em nome do “processo e desenvolvimento brasileiro”.

Parcela ponderável de brasileiros seguiu para a Amazônia, esperando reprocessar ali o esforço pioneiro que formou o Sudoeste e Oeste do Paraná; outra, dirige-se às cidades, acreditando que o atual modelo brasileiro oferece às marginais das cidades as condições de bem-estar e progresso social. Tudo isso para não engrossar as fileiras dos que tiveram de emigrar ao Paraguai, para os “sudetos brasileiros” na feliz expressão do Sr. Mário Stadler de Souza, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Recentemente, chegou-me às mãos o relato do agricultor Henrique Szlapak, de Medianeira, sobre a odisséia de sua mudança, em acordo feito com a Itaipu Binacional, através de sua Consultoria Jurídica. Recebeu promessas de que o acordo feito para a desocupação das terras serviria para os efeitos de registro no Projeto Sete Quedas, que o INCRA realiza em Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai.

Seria fastidioso relatar aqui os contatos, viagens, afirmativas da burocracia oficial e exigências que os órgãos federais e a binacional fizeram ao agricultor, obrigando-o a deslocamentos constantes e à espera nos guichês da burocracia.

Henrique Szlapak é um agricultor por formação e vocação e não se rende às manobras dos organismos oficiais. Diz ele: ... “Em julho de 1977, Rui de Tal solicitou que o interessado buscasse o documento emitido pela Itaipu Binacional, e voltasse assim aos escritórios da firma desapropriante.

“De posse da documentação exigida, o interessado voltou ao Projeto Inkra-Sete Quedas. E então o Sr. Rui de Tal afirmou que não mantinha convênio com a Itaipu, de modo que voltasse ele a São Miguel do Iguaçu e tomasse uma declaração do Projeto Inkra-Pico do Ocof, a fim de inscrever-se no Projeto Inkra-Sete Quedas.

“Em fevereiro de 1978, o interessado dirigiu-se ao Projeto Inkra-Pico do Ocof por diversas vezes, sendo por fim distratado e, com policiais fardados, ameaçado de prisão caso voltasse



ao escritório.

E para arrematar lhe disseram que "largasse mão daquilo" porque "não vai conseguir nada" e "o melhor é não perder tempo".

E termina seu protesto, dizendo: ... "O interessado acha-se preocupado com o menosprezo de que foi vítima por parte das autoridades responsáveis da Itaipu Binacional e do INCRA ... Recusa-se o interessado a agir como mais de duzentos e cinquenta mil brasileiros que, por motivos idênticos, desprezados, humilhados e ofendidos, resolveram abdicar da cidadania brasileira para conseguir no Paraguai um pedaço de terra para sustentar suas famílias ...

É lamentável que tais fatos ocorram neste imenso País. E que os direitos do cidadão comum estejam sob a interpretação pessoal e o interesse de tais burocratas do Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) — A Presidência tem a honra de anunciar a presença neste recinto do Sr. Anfrísio Siqueira, Presidente da Boca Maldita, que veio a esta Assembléia receber uma homenagem do Cacique Juruna, que viaja hoje para Brasília e Mato Grosso. As boas vindas ao Cacique e ao Anfrísio Siqueira da Fonseca, Presidente da Boca Maldita.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "UMA LIÇÃO DE DEMOCRACIA E DE ENTENDIMENTO

Poucos são os momentos em que os homens da Oposição no Brasil de hoje, podem desfrutar de uma alegria verdadeiramente entusiasmante. A realidade nacional é por demais triste para que nos ufanemos, como brasileiros responsáveis e conscientes da complexidade de problemas que nos cercam. A crise institucional que convulsiona nossas instituições e tradições democráticas, também nos inibem de alimentarmos esperanças. O medo instalado na família, na sociedade e na escola, impede o extravasamento de uma sociedade aberta e pluralista como sonhávamos. Enfim, tudo o que nos cerca e tudo o que se anuncia, parece que cada vez mais, adensam com negrume as nuvens já carregadas do longínquo horizonte da redemocratização. O desalento, o pessimismo da sociedade civil, não encontram eco na insensibilidade e arrogância do sistema. Os poucos que mandam já falam uma linguagem que não traduz nada para a Nação. Os poucos que detêm o poder, tudo fazem, para que este poder de suas mãos não escape. A ética, a tradição e até a história são sacrificadas para que de casuismo em casuismo, não se rompa o círculo vicioso a que fomos encurralados. Enfim, hoje o Brasil é um verdadeiro mosaico de casuismos. Todavia, a tolerância do nosso Povo, ainda se mantém. Dessa tolerância sabem os detentores do Poder e dela tiram partido com excepcional maquiavelismo. Apregoam serem democráticas as eleições indiretas, porque agora delas até os Vereadores participarão, porém hipócrita e descaradamente, os candidatos são apontados não pelos eleitores, mas pela figura presente, onipotente e dominadora do Chefe da REVOLUÇÃO PERMANENTE. Este quadro parece ser imutável, daí porque, difícil e mesmo impossível para os opositores de hoje, dentro desta triste realidade, sentirem momentos de ensiasmente alegria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Movimento Democrático Brasileiro, hoje está alegre e com fortes razões para isso. O colégio de Senadores do MDB, em decisão histórica e marcadamente democrática, elegeu a figura erudita e altissonante do Sen. PAULO BROSSARD, como Líder do nosso Partido.

O MDB, não apenas prega a democracia, não apenas defende a valorização da classe política, mas prova à Nação

a sua maturidade para o exercício democrático. A escolha livre e soberana das Lideranças no Congresso Nacional, são o atestado inequívoco desta capacidade redemocratizante dos emedebistas. A diferença de dois votos a eleição da Câmara Federal demonstrou a liberdade interna que o Partido deseja ver ampliada para todos os quadrantes e segmentos da sociedade brasileira. Contudo, o empate até ontem registrado para a escolha do Líder no Senado, além de comprovar, com ênfase a liberdade de escolha que a agremiação permite e incentiva, atesta definitivamente, que para preservação dos interesses nacionais, não se esquecem os emedebistas do imprescindível sacrifício de renúncia, que todo o patriota deve ter e por excelência o homem público.

O gesto do Sen. FRANCO MONTORO, traduz a dimensão e a estatura de uma qualidade de brasileiros, lamentavelmente em número tão escasso nas falanges situacionistas.

A vitória de PAULO BROSSARD, não é a prevalência de um grupo de Senadores sobre outros. Não é a vitória de um homem merecedor do maior respeito que a nação lhe confere, mas representa a demonstração e até o exemplo que o Partido Situacionista deveria aderir nesta hora tão grave para os destinos brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, nesta hora rendo a minha homenagem aos nossos senadores, autênticos e legítimos representantes deste triste povo brasileiro e não posso deixar de estravar a dose de alegria que me invade o espírito, por ver que homens tão responsáveis do meu Partido, sabem renunciar para que prevaleçam e falem mais alto, os verdadeiros interesses nacionais.

Bem disse o saudoso Érico Veríssimo, quando endereçou carta ao então candidato Paulo Brossard em 1974, que o Brasil teria o privilégio, de ver um de seus maiores tribunos, tomar acento no Senado Federal. Hoje meu Partido, pela força irresistível da opinião pública brasileira, soube encontrar, com abnegação, sacrifício e até renúncia de muitos, a melhor e mais sábia decisão, ao colocar na Liderança do Senado Federal, indiscutivelmente, o mais preparado, mais culto, mais erudito e mais corajoso Senador que a República possui. — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência tem a honra de anunciar a presença neste recinto do Economista Hélio Duque. As nossas boas vindas a ele.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diz o ditado popular que "gato escaldado tem medo de água fria", porque estou muito escaldado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com problemas de estradas asfálticas para o nosso Estado e, notadamente, para a minha região é que cito este ditado popular.

Para justificar, Sr. Presidente, o requerimento que demos entrada ontem, nesta Casa, e que não foi apreciado por motivo de falta de "quorum". Diz o seguinte, Sr. Presidente, o requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao DNER, informações sobre a situação em que se encontra o projeto para asfaltamento da estrada que liga Goioerê a Iporã, passando por Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1978."

É do nosso conhecimento, Sr. Presidente, que já existem projetos para o asfaltamento dessas estradas.

Entretanto, como o projeto da estrada que liga Campo Mourão a Goioerê, em nossa região, talvez ele esteja também engavetado, ou — e este é o nosso grande pavor esperando o Governo Federal a aproximação de uma nova eleição,

que se dará este ano, para novo estaqueamento, para novas promessas ao nosso povo humilde, no afã de conseguir mais alguns votinhos para o Partido do Governo.

Estradas e projetos caça-votos.

Já houve, Sr. Presidente, tanto para a estrada que une Goioerê a Iporã passando por Alto Piquiri, como para a estrada que une Umuarama a Icaraíma, o traçado dessa estrada; já houve corte de plantas agrícolas, que causaram prejuízos enormes aos agricultores daquela região, que deixaram que assim se procedesse, pelo sonho de, um dia, verem aquelas estradas, asfaltadas, quando dariam melhores condições para o escoamento dos seus produtos.

Pior do que este prejuízo com o corte da lavoura, é o prejuízo que o lavrador tem ao ver suas terras diminuídas.

Em vésperas de eleições passadas, Sr. Presidente, repetimos, tais estradas já foram estaqueadas, lá já colocaram, como colocaram na estrada que liga Campo Mourão-Goioerê, por diversas vezes, em vésperas de diversas eleições, máquinas e homens, trabalhando, para, depois das eleições, depois de ter o Governo pedido o voto ao povo em troca daquelas estradas, retirar os homens, retirar as máquinas e deixar o povo a reclamar o prejuízo havido, e a estrada tão sonhada.

Estamos com medo, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela experiência que temos tido da forma pela qual trabalha o Governo Federal, com as estradas para o Paraná, estamos receosos de que, este ano, justamente no ano em que o Governo se vê mais preocupado dada a reação do povo e a vontade de consagrar, em massa, o voto para o Partido da Oposição, temos receio, repito, de ver que novas roças serão plantadas.

Mais uma vez o povo será iludido e o Governo haverá, por certo, de mandar estaquear e colocar máquinas, que, nada mais é do que o dinheiro do próprio povo, do suor e do sacrifício do povo daquela região.

Então antecipamos, Sr. Presidente, requerendo que se oficie ao DER para que nos informe a situação em que se encontram aqueles projetos, para que possamos exigir desta Casa que, este ano, o povo não seja passado mais uma vez como palhaço de Governo algum, e que o Governo cumpra o prometido. Ele não está fazendo mais do que obrigação de governante. O povo lá está com o seu produto, sem condições de escoamento, o povo está sonhando, há muitos anos, com estas estradas. E, é necessário que agora, o Governo, tão famoso, da Revolução, que se diz defensor dos direitos dos homens, garanta, agora, mais do que nunca, o direito do lavrador, devolvendo, em estradas, o imposto que o povo soube lhe encaminhar, com o seu suor, com o seu sacrifício.

Fica aqui, Sr. Presidente, com este requerimento, o alerta de que voltaremos a esta tribuna ainda este ano, depois de conseguirmos as informações, para exigirmos do Governo o cumprimento das suas promessas, mas não promessas que fiquem paralisadas após as eleições, promessas que queremos cumpridas, exigência de um povo trabalhador, humilde e honesto, nessas regiões de Icaraíma, nessas regiões de Iporã e Alto Piquiri.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O despreparo físico, o despreparo administrativo, o despreparo até moral do Instituto Nacional de Previdência Social que agora trocou de nome, é por todos conhecido. A par dos problemas terríveis que a gente brasileira ainda tem no setor da previdência social com o INPS com poucas agências. Com o INPS sem equipamento, com o INPS carente de atendimento profissional mais amplo.

Um dos setores que realmente constrange, que revolta, são os chamados — processos de reembolso — que dão entrada no INPS e jamais voltam.

São milhares de casos cujos contribuintes tiveram a infelicidade de pagar as suas contas hospitalares, e depois, dentro da lei, protocolaram junto ao INPS as suas petições de reembolso. E estão aí numa tramitação injustificável, misteriosa, incrível, danosa, desrespeitosa, a percorrer as seções nebulosas daquele Instituto.

Nós hoje propomos um requerimento de informações, solicitando a boa vontade do INPS para que nos preste três informações, relacionando apenas dois casos de pedido de reembolso para depois com as informações do Instituto com outras que já possuímos e que iremos buscar, começarmos a estudar o assunto, na tentativa de esclarecer, ou melhor, oferecer uma contribuição — por mínima que seja — a tantos contribuintes injustiçados e ofendidos, Senhores Deputados.

Primeiro: solicitada Presidência do INPS que nos informe em que fase de tramitação estão os processos de reembolso propostos pelos contribuintes: Srs. Orlando Augusto Borges, protocolado sob o número 24.354, de 29 de outubro de 1975, na Agência de Maringá e do Sr. Joaquim Manoel Siqueira Filho, protocolado também na Agência de Maringá sob o número 27.779, esse no dia 06 de janeiro do corrente ano.

Desejo também, que a Presidência do Instituto, cujo Presidente está numa campanha bombástica para chegar ao Congresso Nacional, que nos informe as razões que estão a impedir o pagamento dos reembolsos reclamados.

É claro que o problema burocrático, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no segundo caso, provocando tal demora, já se constitui um desrespeito e incompetência do Instituto, no nosso modo de entender, principalmente em se sabendo que a doente foi atendida em Maringá mesmo, cuja agência precisa evoluir quase que vinte anos para poder oferecer um bom atendimento.

Mas no primeiro caso, Senhores Deputados, a atitude do INPS é amplamente execrável, e além do mais, a doente foi atendida pelo Dr. Paulo Niemayer, médico famoso, credenciado pelo INPS e, no seu Hospital, no Rio de Janeiro, onde o atendimento do Instituto, talvez, seja um pouco mais razoável.

Ora, o Sr. Orlando Augusto Sarmento Borges, gastou mais de sessenta mil cruzeiros e está, há quase 3 anos, aguardando o reembolso. E outros contribuintes que gastaram importâncias bem mais astronômicas? E a corrosão inflacionária sobre seu dinheiro, quem é que vai lhe pagar? E o juro e a correção monetária, quem vai pagar?

É claro que se trata de casos que devem, também, chegar ao Ministério da Fazenda, não obstante aquela Pasta possua um Ministro insensível que até hoje não se dignou, ao menos, de enviar um telex às denúncias de espoliação financeira, com respeito a esta Casa.

Mas, por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo também, imaginar que a culpa, talvez não seja do INPS, o que é muito improvável. Possivelmente os culpados, quem sabe, sejam os próprios médicos e hospitais que atenderam os doentes. Absolutamente, o que posso afirmar, categoricamente, é que a culpa não é dos contribuintes, porque eles, efetivamente, têm cumprido suas obrigações de pagamento para o Instituto de Previdência, em dia.

Para concluir, eu apenas quero dizer que, na realidade, os contribuintes estão sendo vítimas da sanha, de ofensas, incompetências do INPS ou dos Srs. Médicos e das casas de saúde. É exatamente, por esta razão, que eu solicito informações ao INPS para que possa emitir um raciocínio justo. É claro que busco posicionamento por justiça, e nos revoltamos quando os inocentes são prejudicados, no lugar dos bandidos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao



Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos hoje, a tribuna, neste Pequeno Expediente, para abordar um assunto que vem se arrastando nesta Casa, desde o ano de 1975, quando esta Assembléia aprovou uma solicitação do nobre Deputado Nilso Sguarezi, criando uma Comissão Especial para tentar analisar a situação do menor carente, no Estado do Paraná. E esta comissão foi formada, essa comissão foi instalada, essa comissão se reuniu algumas vezes, não se reuniu muitas vezes, por falta de número, por falta de "quorum"; e, numa sucessão contínua de substituições internas, muitos de seus membros dela foram se afastando e, em seus lugares, as Lideranças, tanto da Arena como do MDB, foram designando os nobres Deputados para integrarem essa comissão e tentar levá-la a bom termo.

Finalmente, Sr. Presidente, e até que enfim, Srs. Deputados, depois de 3 anos, melancólica e tristemente, o Paraná assistiu à falência, ao processo de degenerância e de inanição de mais uma Comissão Especial de verificação. A Comissão do Menor, também faliu. Passados 3 anos, não me parece possível aos representantes do povo do Paraná, apresentá-la a este mesmo povo. Os resultados das investigações e das coletas de informações, das visitas e dos trabalhos feitos por esta Comissão que, sem dúvida alguma, afeta a parte mais sensível da população, mas também, Sr. Presidente, a mais indefesa e mais ausente de todo o processo popular brasileiro e paranaense.

Não quero aqui, desta tribuna, tentar indicar e nem tentar mostrar as causas e os motivos da falência desta Comissão Especial. Ela é triste e é altamente desalentadora para o parlamentar com assento nesta Casa. Mas ela também não deixa muitas perspectivas ao povo do Paraná, diante da omissão, diante do descaso e da incapacidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de o Poder Legislativo do nosso Estado não ter condições de levar a cabo os trabalhos de uma Comissão Especial desta ordem. E nesta Casa e nesta tribuna, muitos assuntos têm sido levantados. Assuntos de caráter político, partidário, econômico e social.

A estiagem que assolou o Paraná por 60 dias, é motivo de dor para todos nós. Mas a situação de descaso em que se encontram 300 mil menores no Paraná, também, Sr. Presidente, não pode deixar o homem público totalmente distante do problema. Eu não me conformo e não posso ficar calado diante da decretação da falência desta Comissão. Como entendo também, que não há uma forma justificável de se fazer a abordagem do problema do menor carente e como um simples compartimento da Comissão. Parlamentar de Inquérito se verificará os índices de criminalidade do País. É aceitar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pura e simplesmente de que a carência disseminada no meio dos nossos irmãos menores, ela seja a essência mesma da criminalidade que deve, seguramente, se disseminar no meio adulto.

Srs. Deputados, é preciso que o Poder Legislativo do Paraná se encha de brios, mas também assuma sua responsabilidade diante do drama pessoal e da urbanização constante, acelerada, desenfreada; dos campos e das zonas rurais se esvaziando. Das cidades criando um anel periférico, onde se desenvolve a miséria e o desemprego; a falta de alimento e a falta de saúde; a tendência à delinquência, a tendência à prostituição, a escola da criminalidade. É preciso que nós não possamos ficar calados e insensíveis diante deste quadro que aí está.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência lamenta informar a V. Ex<sup>a</sup>, que o tempo está esgotado, e lhe concede mais um minuto.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, não sei o que posso falar em 5 minutos, e não sei como possa concluir em 1 minuto. Diante de um assunto de uma comissão que teve três anos para chegar a uma conclusão e chegou à conclusão de que o Poder Legislativo do Paraná não tem condições de

avaliar um assunto desta natureza.

E eu encerro as minhas palavras por aqui, Sr. Presidente. Mas esta Casa, que se preocupa com a soja, organizando o Simpósio Nacional da Soja, esta Casa que se preocupa com isto e com aquilo, apresentarei, na próxima inscrição no Grande Expediente, um trabalho que espero seja mais profundo, tentando soluções novas e, acima de tudo, uma possibilidade de nós podermos encarar os nossos irmãos sem abaixar os olhos e sem sentir vergonha. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

Não se encontrando no recinto, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos, há pouco, a manifestação do nobre Deputado Renato Bernardi, quando falava de seu desencanto no tocante ao desenvolvimento das atividades da Comissão Especial criada para estudar o problema do menor abandonado.

Diversas de suas expressões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontram eco em nosso modo de pensar.

Desde o primeiro momento desta Comissão, procuramos, juntamente com mais alguns Deputados, encontrar os caminhos mais adequados para que o problema fosse devidamente levantado e soluções fossem apresentadas.

Tivemos oportunidade até de elaborar um roteiro com a participação ativa de cada um dos membros da Comissão, estudando áreas específicas.

Trouxemos material de Brasília, inclusive da CPI do Menor, para que servisse de subsídio às atividades desta Comissão Especial.

Entretanto, como o Deputado Renato Bernardi já teve oportunidade de falar, as contínuas substituições dos membros da Comissão provocaram uma solução de incontinuidade nos trabalhos dela. E, recentemente, quando tivemos oportunidade de contar com a participação do Deputado Renato Bernardi, passamos, praticamente, a fazer dupla com ele.

Lembro-me ainda, de uma ocasião em que houve a convocação de diversos Deputados para visitar uma das instituições vinculadas ao Instituto de Assistência ao Menor, e ficamos, o Deputado Renato Bernardi e eu, durante algumas horas, aguardando a oportunidade para a Comissão sair.

Infelizmente, não foi possível a visita, porque estávamos em minoria.

Mas, apesar disso tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão pode realizar alguma coisa. Foram feitas algumas visitas, foram tomados alguns depoimentos, foi coletado algum material.

Isso tudo certamente, será aproveitado pela Comissão que tem mais força que a Comissão Especial do Menor, que é a Comissão que estudará as causas e os efeitos da criminalidade no Paraná.

O Deputado Valter Pietrângelo, que ultimamente ingressou na Comissão, há poucos meses atrás, realizou excelente trabalho como relator, já elaborou seu relatório que brevemente chegará a este Plenário, para ser devidamente apreciado e votado, quando então teremos ocasião de falar, talvez em espaço de Grande Expediente, a respeito dos diversos aspectos desta Comissão, criada com este fim específico.

Por outro lado, queremos dizer nesta oportunidade, que o problema do menor abandonado, problema nacional que tem causado tantas preocupações, deve estar merecendo, particularmente, a atenção e o cuidado dos Srs. Deputados. Não acredito que haja desinteresse no atendimento do cotidiano por parte do Parlamentar, quando os pais, quando a sociedade vem reclamar do Deputado, o apoio necessário para o bom encaminhamento daqueles que, poderão no amanhã, apresentar um trabalho útil ao próprio desenvolvimento da nossa Pátria.

Fica portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o registro também, de nossa parte, de um certo desencanto quanto ao desenvolvimento dos trabalhos da comissão. Espero, sinceramente falando, que quando esta CPI estiver funcionando, se atinjam os ideais que motivaram o autor da proposição há alguns anos atrás, a que este assunto fosse devidamente estudado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho. (Declina) Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. (Ausente)

Ausente, consulto a liderança da ARENA se deseja ocupar o tempo que lhe é reservado. (Declina).

Tendo declinado, consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar os quinze minutos que lhe são reservados. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 146/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Ivaiporã", com sede e foro na cidade de Ivaiporã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Gostaria, tão somente, sr. Presidente, de lembrar a V. Exª que pendente desde a sessão de ontem e renovado hoje, se encontra na mesa requerimento pedindo preferência de votação para determinadas matérias. Gostaria que V. Exª atendessem o conteúdo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Após a Ordem do Dia, colocarei a proposição em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o requerimento é exatamente da Ordem do Dia, porque pede preferência de votação na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Considerando a questão de ordem do Sr. Deputado Enéas Faria, em votação o requerimento de autoria do mesmo. Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Deferida a questão de ordem do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, será feita a verificação de votação. Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria. (Pausa) 12 Srs. Deputados aprovam, 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Não há "quorum" para a continuidade da sessão, nem para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Não há "quorum" para votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Evidentemente, Sr. Presidente, como estamos na Ordem do Dia, não há "quorum" para a Ordem do Dia, nem para deliberação.

Sr. Presidente, salvo melhor entendimento, me parece que a Ordem do Dia requer maioria absoluta para que se aperfeiçoe o processo de seu andamento.

Dezoito Deputados não dão "quorum" para que a sessão exista, e nem há possibilidade de discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Se existe matéria em fase de discussão, há necessidade de ser discutida a matéria.

O SR. ENÉAS FARIA — Não, Sr. Presidente, salvo melhor entendimento da Mesa, se não houver 28 Deputados na Ordem do Dia, a sessão tem que ser suspensa e levantada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Regimento Interno é claro. Só não terá prosseguimento a sessão, na minha opinião, se tiver menos de 1/3. Agora não há "quorum" para deliberação, mas, para prosseguimento da sessão, V. Exª encerra o assunto e continua a sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Respondendo a Questão de Ordem do Sr. Deputado Erondy Silvério, esta Presidência colocará em discussão a matéria que se encontra sobre a mesa.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência solicita do Sr. Deputado Enéas Faria, que cite o artigo do Regimento Interno que está sendo desrespeitado.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu o farei, Sr. Presidente, no decorrer do prazo que o Regimento me assegura, para que eu levante e sustente a Questão de Ordem, mas, desde logo, Sr. Presidente, vou requerer de V. Exª a verificação de "quorum" para constatar a verdade.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Deferida a solicitação, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). 32 Srs. Deputados responderam à chamada.

Há "quorum" regimental.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de providências a serem tomadas para a substituição do atual ocupante do cargo de Delegado de Polícia do Município de Iretama, por elemento pertencente ao quadro próprio da Secretaria de Segurança. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Requeiro de V. Exª, faça-se a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência defere a questão de ordem e convoca os Srs. Deputados para que tomem assento em seus lugares. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). Dezesesseis Srs. Deputados aprovam; seis, rejeitam. Não há "quorum" para votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Para requerer de V. Exª, verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência defere e o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de "quorum").

Responderam à chamada 28 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci. Os Srs. Deputados que o aprovam, permanecem como estão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela visita que faz o Sr. Presidente da República à Alemanha, já com sua discussão encerrada. Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) V. Ex<sup>a</sup> poderá repetir o requerimento em votação?

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) )Requer voto de congratulações pela visita de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República à Alemanha, de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli. Em votação. Aprovado.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, primeiro um Coronel, que está muito em voga agora, Coronel Tarcísio, chamou os civis de covardes. E esta Casa está representando bem o que ele disse. Porque está acovardada diante dos fatos. Os Deputados do Paraná estão se acovardando. Porque se retiram desta Casa com medo de tomar posições. Esta é a Casa dos debates. E esta Casa deveria estar reunida para debater os assuntos que estão aí em pauta em diversas sessões.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Deputado Deni Schwartz solicitou a palavra pela ordem, mas ficamos na expectativa que ele fundamente a questão de ordem, porque está fazendo um discurso de teor político, que não tem nada a ver com a questão de ordem.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, não tem nada a ver com questão de ordem, mas é uma questão de covardia desta Casa, que não está representando o povo do Paraná. Estão acovardados os Deputados que se retiram deste recinto...

Esta é a verdade. E o Paraná e a Imprensa paranaense precisam dizer isto, que estão acovardados.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência cassa a palavra do Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, tira o som.

O homem é psicopata, Sr. Presidente. O homem enloqueceu. Chamando todo o mundo de covarde, o homem enloqueceu. V. Ex<sup>a</sup> tem que mandar chamar o serviço médico com urgência. O homem enloqueceu e eu vou votar contra o requerimento, Sr. Presidente. Eu não sou covarde. Agora, o homem, enloqueceu. V. Ex<sup>a</sup> tem que tomar uma providência.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Este Presidente não é médico.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Ex<sup>a</sup> tome as providências para que os Deputados venham aqui para este recinto... Os 38 Deputados. (O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)... que votaram a Ordem do Dia, devem estar aqui.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência solicita dos Srs. Deputados, que quando quiserem falar, solicitem a palavra, pela ordem.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu acredito que não é pela desordem, mas sim, pela ordem. Admito que o Deputado do MDB chame a atenção daqueles que não estão no plenário. Mas nós estamos no plenário para votar favorável ou contra aquilo que é do interesse nosso ou do Governo. Não estamos fugindo, absolutamente. Agora, a carapuça sirva àqueles que não estão no plenário. E esse favor eu peço que seja constado na Ata.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Deputado Fuad Nacli, na sua vontade de acertar, disse que a carapuça sirva para os que não estão no plenário. Mas a carapuça não deve servir a ninguém, porque os 50 Srs. Deputados componentes desta Casa, são homens dignos, honrados, e não são covardes. E não vamos levar esta pecha de covardes, porque não vamos votar num requerimento suicida.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência cassa a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, porque está fugindo do assunto.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, a matéria votada não está vencida, porque exatamente no momento em que ia pedir questão de ordem para verificação de votação, houve o tumulto em Plenário.

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup> que faça verificação de votação, em função do último requerimento que foi votado: o voto de congratulações à visita do eminente Sr. Presidente da Repú-

blica à República Federativa da Alemanha Democrática. O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai fazer a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitem o requerimento do Deputado Rosário Pitelli, queiram levantar-se. (Pausa).

16 Srs. Deputados rejeitam, 6 aprovam. Não há "quorum" para a votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria que mandasse registrar em ata, a ausência do Deputado Erondy Silvério, que provavelmente foi ao médico.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência deixa de acatar a sugestão do nobre Deputado Deni Schwartz.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 146/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Ivai-porã", com sede e foro na cidade de Ivai-porã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA — Requerimento do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, solicitando licença sem vencimentos, por trinta (30) dias, a partir de 20/03/78, para tratar de assuntos particulares. — Encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Presidência do INPS, no sentido de esclarecimentos acerca dos processos de "reembolso". A Presidência deixa de acatar o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, por estar dirigido a um órgão federal, que não é de competência deste Poder.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem) Sr. Presidente, queria apelar a V. Ex<sup>a</sup> que reconsiderasse sua decisão, porque tivemos nesta Casa inúmeros requerimentos nesse mesmo estilo dirigido a órgãos federais.

Nós não estamos requerendo informações, estamos solicitando, pedindo e, evidentemente, o órgão federal irá decidir se convém ou não atender a nossa solicitação.

Mais ainda, Sr. Presidente. Eu já propus outros requerimentos solicitando informações do próprio INPS e esta Casa aprovou. Foi colocado em discussão, em votação, e tive a honra de ser enobrecido pelo atendimento do INPS. Recebi informações que estão no meu gabinete, e até, brevemente, vou utilizá-las, Sr. Presidente, para um pronunciamento que farei em plenário.

Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> reconsiderasse, exatamente pelas razões que expus.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência não acata o requerimento, porque não é de competência da Presidência.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Evidentemente que a Presidência não pode acolher o requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo, porque, se vezes anteriores precedente houve, isso evidentemente não cria uma jurisprudência, porque é manifesta a incompetência da Assembléia Legislativa para requerer ou oficiar a órgãos ou repartições federais.

Além do mais, quando a Mesa acolhe tais pedidos, o faz por mera cortesia. Não é o caso do requerimento em tela, onde, inclusive, a palavra "execrável" está inserida no seu bojo. Evidentemente não é de ser acolhida e a decisão de V. Ex<sup>a</sup> está muito bem fundamentada.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Respondendo à questão de ordem do Líder da Arena, esta Presidência já tomou as devidas providências.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem) — Sr. Presidente, embora

de minha parte não aceite a rotulação "descortês" a V. Ex<sup>a</sup> que lhe é impingida pelo eminente Líder da ARENA, porque cortês tem sido o outro Presidente, quando aceita esses requerimentos, de minha parte entendo V. Ex<sup>a</sup> um homem cortês, cavalheiresco e lhano, e que tem sabido conduzir as sessões dentro da cortesia e do Regimento, quando a função lhe é atribuída.

Queria, Sr. Presidente, apenas alertar a V. Ex<sup>a</sup> para a gravidade da questão que se está tratando neste momento, e para a seriedade da decisão que V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Casa neste instante, está adotando.

A Mesa e a Presidência não podem, Sr. Presidente, sob pena deste Poder, se ver envolto em questões de profunda anarquia, a Mesa e a Presidência não podem, Sr. Presidente, esteja a exercer a Presidência quem estiver, usar de 2 pesos e 2 medidas. Hoje não aceita o requerimento, amanhã aceita o requerimento, conforme o autor, conforme a sigla partidária e conforme o destinatário, ou conforme os termos.

Há que haver uma norma, há que haver uma regra, há que haver uma definição para que esta Casa possa pautar o seu trabalho, para que possa trilhar o seu caminho, Sr. Presidente.

Portanto, é muito séria a decisão que V. Ex<sup>a</sup> está adotando, e para que não recaia nos ombros de V. Ex<sup>a</sup> tamanha responsabilidade, é que estaremos, daqui para frente, a acatar decisões de V. Ex<sup>a</sup>, sabendo quando for impedida, nesta Casa, qualquer atitude com relacionamento a órgãos federais.

Veja V. Ex<sup>a</sup> inclusive, que um outro acabou de ser proposto com relação ao Presidente da República. A Mesa aceitou, a Casa entendeu de deliberar.

Para que V. Ex<sup>a</sup> não arque com tamanha responsabilidade, é que vou fazer valer dispositivo regimental que proporciona ao Deputado requerer, à deliberação do Plenário, impasse como este.

Assim requeiro, Sr. Presidente, que coloque à deliberação do Plenário, na forma regimental, despacho que V. Ex<sup>a</sup> acaba de dar.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Quero, Sr. Presidente, manifestar a posição da Bancada da Arena desta Casa. Não vai, de nenhum modo, violentar o que dispõe o nosso Regimento e as leis que regulam o funcionamento desta Casa.

V. Ex<sup>a</sup> não deve acolher esse, nem deve acolher nenhum requerimento, de nossa bancada ou da Oposição, que se dirija a órgãos federais, porque assim dispõe a legislação vigente em nosso Estado.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) O que o nobre Deputado quer, é diminuir ainda mais as prerrogativas desta Casa.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem) Agradecendo, Sr. Presidente, a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, queria que ponderasse o seguinte enfoque: ontem, o eminente Deputado Lázaro Dumont, propôs um requerimento, da tribuna, a este Plenário, para que se remetesse ao Presidente da República, ao Ministério da Agricultura um apelo, em nome desta Casa, evidentemente, aplaudindo a manifestação de entidades ruralistas, e esta Casa acolheu, Sr. Presidente.

Hoje, eu proponho, Sr. Presidente, um requerimento solicitando alguns informes. Agora, Sr. Presidente, qual é a diferença que existe entre ambos os requerimentos? Um solicita atendimento, o outro, informações, Sr. Presidente, não requer, não exige e, evidentemente, que a aprovação desta Casa não vai incorporar o Instituto Nacional de Previdência Social a um enquadramento jurídico, Sr. Presidente.

Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> respondesse a minha indagação, de qual é a diferença que existe entre estas duas manifestações. Uma que solicita o atendimento do Governo, anistia do Governo, prorrogação de financiamento do Governo, e uma outra que solicita informações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Respondendo a questão de ordem do Deputado Valter Pietrângelo, é matéria vencida, a Presidência já deliberou...

O SR. ENÉAS FARIA — Eu levantei uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Para uma Questão de Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, apenas no sentido de colaborar para clarear esta discussão, basta que nos fixemos na Constituição para, acredito, termos o caminho certo.

Há uma diferença que precisa ser repetida, realmente, entre apelo e pedido de informações. De vez que, de acordo com a Constituição Estadual, o pedido de informações é encaminhado através do Governador do Estado, e nós não poderemos, data vênua do eminente requerente, encaminhar um pedido de informações a um órgão federal, por intermédio do Governador do Estado.

Em segundo lugar, o que tem sido deferido por esta Casa, e eu já fiz uso disto, são apelos a entidades ou órgãos federais, sem o comprometimento, sem a obrigação de resposta. De modo que, desde que não se formalize o pedido de informações, ou por outra, desde que se dê ao pedido, cujo indeferimento acho que V. Ex<sup>a</sup> acertou, em exaurá-lo, desde que estas informações sejam solicitadas em forma de apelo, reiteradas em forma de apelo, também não vejo, Sr. Presidente, motivo pelo qual esta Casa se absteria de prosseguir nesse costume.

Tornou-se, nesta Casa, costumeiro, apelos a órgãos federais. Como mensagens do tipo desta que foi votada e não houve "quorum" para aprovação. De modo que acho que há realmente dois sentidos e parece que o caminho certo adotado pela Casa, porque também não tenho conhecimento, pelos menos tenho certeza de que não votei nenhum pedido de informações, pedido formal de informações a órgãos federais. De modo que acredito, que dentro deste costume adotado pela Casa, o eminente Deputado Valter Pietrângelo encontraria também o meio adequado de reiterar seu pedido, sem que implique na formalização de um pedido de informações.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, só para contribuir.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Presidência pode devolver o requerimento ao requerente, para que ele mude os termos que...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> aceitasse a emenda proposta pelo eminente Deputado Muggiati Filho, em forma de apelo, para que o Instituto preste as informações.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) A Mesa aceita nos termos do requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Já foi usado, por demais, nesta Casa, expediente dessa natureza, e hoje se discute aqui se a Assembléia ou o Poder Legislativo Estadual pode ou não requerer, solicitando informações a um órgão federal.

No nosso entendimento, não só a Assembléia, como qualquer cidadão da República, de acordo com a Constituição da República vigente no País, em seu artigo 153, dá direito a qualquer cidadão de requerer pedido de informações para fins de esclarecimento de situação.

A Constituição do Estado, permite apenas o pedido de informações através do Governador, aos órgãos estaduais, mas ela não pode, de jeito nenhum, e nem o Regimento da Casa se sobrepor à Constituição da República, porque nos "Direitos e Garantias Individuais" do homem, está bem claro na Consti-

tuição da República, de que qualquer cidadão, para fins de esclarecimento, pode requerer e o órgão que receber o requerimento terá o prazo de 30 dias para expedir certidão a respeito.

Nós aqui estamos com um problema que apenas solicita uma informação, que não obriga o órgão federal a dar a informação. Fica a critério do órgão se deve ou se não deve dar e ainda sobre isso, que é claro que o órgão deverá respeitar a Constituição da República, já que é desrespeitada de tantas outras maneiras.

Então, baseado no Artigo 153 da Constituição da República, é que nós levantamos essa questão de ordem, para que Vossa Excelência receba o requerimento e que coloque em votação, neste Plenário porque mesmo que V. Ex<sup>a</sup> ache por bem de conceder, o Plenário é soberano. O Plenário deverá decidir sobre a matéria, Senhor Presidente.

Outras vezes, já foi usado expediente como esse nesta Casa, Senhor Presidente, acatado pela Assembléia, acatado pela Mesa Executiva. E V. Ex<sup>a</sup> nesse momento pede que seja feita uma retificação nesse requerimento, o que deverá mais uma vez, demonstrar de que esse Poder nada pode. Esta Assembléia tem que ser soberana sobre os assuntos aqui debatidos e responsável por eles.

Era esta a minha questão de ordem, Senhor Presidente.

Vossa Excelência tem guardada na Constituição da República para receber esse requerimento e não é o Regimento Interno da Assembléia ou a Constituição do Estado que vai se sobrepor à Constituição da República que atualmente está vigindo neste País.

Vossa Excelência pode perfeitamente, receber esse requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Com toda polêmica estabelecida, dirijo a minha questão de ordem. V. Ex<sup>a</sup> respondeu a tantas, mas deixou de se referir sobre um ponto. Ainda, Sr. Presidente, enfocando essa questão de ordem, gostaria de indagar de Vossa Excelência: recebendo o requerimento, V. Ex<sup>a</sup> procedeu a um despacho no requerimento.

Qual seria, Sr. Presidente, o teor desse despacho, se puder me informar.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Mesa dá o seguinte despacho ao requerimento, porque a Assembléia Legislativa não tem competência para prestar informações a órgãos federais.

O SR. ENÉAS FARIA — Senhor Presidente, para que esclareça de vez. O requerimento, segundo informa o seu autor, não requer informação a órgão federal, dirige um apelo a um órgão federal para que alguns informes sejam passados nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Vou ler o requerimento, nobre Deputado.

(Inicia a leitura do requerimento).

O SR. ENÉAS FARIA — É o quanto basta, Sr. Presidente. Já me esclareci o suficiente.

Sr. Presidente, entre solicitar, que é um ato de pedir e

pedir sem estribamento algum, de encarecer, de pleitear sem que direito algum sustente isto, e, o ato de requerer, peticionar fundamentado na lei, fundamentado na Constituição, há uma diferença muito grande!

Parece-me que o pedido é de solicitação, não tem outro sentido, como também não tem obrigatoriedade o órgão federal, de responder nem sequer de dar conhecimento da chegada do expediente, ao destinatário!

Mas, Sr. Presidente, mérito à parte e redação à parte porque ao que parece, o que fere a sensibilidade da Mesa e a sensibilidade da Liderança da ARENA é algum termo na justificativa, à parte a redação e à parte o mérito, Sr. Presidente, eu vou me valer do Regimento Interno! Que a Casa decida se o termo é bom, ou, se o termo não é bom, se o termo é válido, ou, se não é válido. Do despacho da Presidência, cabe recurso ao Plenário, Sr. Presidente e é isto que eu estou pleiteando a V. Ex<sup>a</sup> nesta Questão de Ordem, com base no Regimento Interno, que passe à apreciação do Plenário, o despacho de V. Ex<sup>a</sup>. O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente,

é preciso, definitivamente, dar por encerrada esta pendência. O nobre Deputado Muggiati Filho já clarificou meridianamente o problema. Não há mais o que se discutir, e nem se alega que o Plenário seja soberano, que, se o Plenário fosse soberano, poderia, perfeitamente...

O SR. ENÉAS FARIA — Acho que o despacho da Presidência deve ser submetido ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O despacho do Presidente está fundamentado clarissimamente na Constituição, porque nos dá poderes, apenas, para requerermos a Secretários de Estado, informações, através do Governo. Só, e exclusivamente. Se V. Ex<sup>a</sup> por ventura pusesse em votação de Plenário e viesse eventualmente a ser derrotado, nós estaríamos derrogando um dispositivo constitucional, o que seria, no mínimo, rizível, para não dizer absurdo! O acolhimento ou o não acolhimento, é matéria que se esgota exclusivamente nesses dois pontos divergentes.

Eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> continuasse a sessão, para que nós ponhamos termo a esta pendência ridícula!

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Nada havendo a tratar...

O SR. ENÉAS FARIA — V. Ex<sup>a</sup> decidiu?

A minha Questão de Ordem, V. Ex<sup>a</sup> decidiu?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, o Deputado Luiz Roberto Soares trocou as palavras. Substituiu o termo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Não existe palavra, ainda!

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Requereu a palavra, Sr. Presidente. Solicitar, é outra!

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Na Questão de Ordem solicitada pelo Deputado Muggiati Filho, esta Presidência deu o despacho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.